

MASCULINIDADE

As Mudanças na Concepção da Masculinidade ao Longo da História

Acsa Reginaldo Silva e Michelle Aguiar dos Santos

Curso de Psicologia

Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica

Nota dos Autores

Acsa Reginaldo Silva, Michelle Aguiar dos Santos. Graduandas do Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás – UniEvangélica.

Resumo

Este estudo analisa a evolução da masculinidade desde a antiguidade até o século XXI, considerando as transformações históricas, sociais e culturais e a influência dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista. O objetivo é compreender como a concepção de masculinidade foi construída e modificada ao longo do tempo, destacando mudanças nos papéis de gênero e nas manifestações contemporâneas da experiência masculina. Adota-se a genealogia de Michel Foucault como abordagem teórico-metodológica, permitindo investigar relações de poder, discursos e práticas sociais que moldam as identidades masculinas em diferentes contextos históricos. A pesquisa combina revisão bibliográfica de autores de gênero e masculinidade com análise de dados estatísticos sobre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Os resultados indicam que a masculinidade é múltipla, dinâmica e historicamente construída, influenciada por normas sociais, estruturas de poder e movimentos feministas. Conclui-se que essa compreensão abre espaço para novas formas de ser homem, menos rígidas e dominadoras.

Palavras- Chave: Masculinidade, Gênero, Movimentos Sociais, Masculinidades Hegemônicas, História.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a evolução da masculinidade, desde a antiguidade até os dias atuais, considerando que suas formas são atravessadas por fenômenos históricos, transformações nos papéis de gênero e movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, responsável por inserir a mulher em contextos econômicos e sociais antes dominados por homens.

A masculinidade é um conceito complexo e multifacetado, construído e reconstruído ao longo da história. Segundo Connell (1995), as masculinidades não são monolíticas, mas múltiplas e em constante transformação, sendo moldadas por práticas sociais que variam ao longo do tempo. Desde a antiguidade até a contemporaneidade, a ideia de ser homem passou por profundas transformações, influenciadas por fatores sociais, culturais e políticos. Compreender a masculinidade em uma perspectiva histórico-social evidencia que ela não é um conceito estático, mas uma construção social em constante transformação.

Nesse sentido, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como a concepção de masculinidade foi construída e transformada ao longo da história e de que maneira essas mudanças se relacionam com os movimentos sociais, especialmente o feminista, e com as novas formas de expressão da masculinidade no século XXI.

A partir dessa problemática, o objetivo geral do estudo é analisar as mudanças na concepção da masculinidade ao longo da história. Os objetivos específicos são: 1) discorrer sobre os papéis de gênero desde a antiguidade até os dias atuais; 2) relacionar o desenvolvimento do movimento feminista com as mudanças na concepção da masculinidade; 3) compreender como a masculinidade se manifesta no século XXI.

Historicamente, a masculinidade esteve associada a atributos como dominação, força, racionalidade e repressão emocional, configurando um modelo hegemônico que legitima práticas de exclusão e hierarquiza os próprios homens. Estudos contemporâneos, contudo, reconhecem as masculinidades como múltiplas, mutáveis e atravessadas por processos históricos, sociais e culturais, deslocando a perspectiva essencialista, (Connell, 1995).

Para compreender a masculinidade, é necessário analisar as relações entre os gêneros masculino e feminino ao longo da história. Federici (2017) destaca o papel das mulheres na acumulação primitiva e analisa criticamente a masculinidade a partir das estruturas patriarcais e do capitalismo, apontando que normas patriarcais persistem até hoje. Kimmel (1991) observa que as masculinidades se manifestam de formas distintas segundo idade, classe social, etnia e orientação sexual, mas compartilham a lógica de se definirem em oposição ao feminino, gerando comportamentos exagerados e a necessidade constante de reafirmação da identidade masculina. Silva (2023) reforça que identidades de gênero são múltiplas, mutáveis e socialmente construídas, evidenciando a necessidade de repensar os papéis masculinos, especialmente com os avanços dos estudos feministas e dos movimentos sociais.

Além disso, Cazes (1998) ressalta que as teorias feministas nas últimas décadas têm analisado as relações desiguais entre homens e mulheres, destacando a visibilidade da masculinidade e permitindo uma reavaliação da posição dos homens na sociedade. Saffioti (2013) complementa essa visão, mostrando que as identidades de masculinidade e feminilidade são interdependentes e que ambos os sexos sofrem as consequências das expectativas sociais e estereótipos impostos por uma sociedade de classes.

No contexto atual, Assis Cardoso, Amorim e Sulz (2023) discutem a chamada “crise da masculinidade” e sua relação com a “feminização da sociedade” e a ausência de modelos masculinos, destacando a ofensiva antigênero no Brasil e a necessidade de compreender a masculinidade à luz das teorias de gênero e das transformações sociais.

Investigar a evolução da masculinidade permite compreender os mecanismos históricos que a sustentaram e os desafios contemporâneos que permeiam saúde mental, educação, relações de gênero e violência. Reconhecer a masculinidade como

construção social e histórica abre espaço para refletir sobre novas formas de ser homem, desvinculadas da rigidez de papéis, da dominação e do silêncio emocional.

Metodologia

Para investigar os processos históricos, sociais e discursivos que constituem e transformam a masculinidade, este estudo adota a genealogia de Michel Foucault como abordagem teórico-metodológica.

Para Dussel (2004), a genealogia se constrói em oposição à história. Busca-se verdadeiramente o que aconteceu, usando-se uma perspectiva supra-histórica para reestabelecer a singularidade do acontecimento e seu poder disruptivo. Da mesma forma, a genealogia constitui-se como anticiência, na medida em que se insurge contra a instituição ciência, contra sua dominação sobre outras formas de conhecimento. Transcrevendo as palavras de Foucault, citado por Dussel (2004):

Segundo Foucault (1999), “a genealogia é [...] ‘uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, formal e científico’” (p. 15).

Segundo Lemos et al. (2023), os olhares de escala analíticas genealógicos operam um deslocamento importante na pesquisa, pois fabricam subjetividades que resistem e se modulam pela relação com a memória e a história. Nesse sentido, a genealogia de Foucault, enquanto método crítico, busca desestabilizar as verdades tidas como naturais ou universais, evidenciando suas condições de emergência, seus deslocamentos e os jogos de poder que os atravessam.

Assim, a genealogia de Foucault oferece uma forma de analisar o contexto histórico e atual, com realce nas relações de poder e nas descontinuidades na história. Este método possibilita identificar como as práticas e discursos que moldaram o presente não são naturais ou inevitáveis, mas sim o resultado de uma série de lutas, disputas e transformações (Correio, 2014).

Dentro dessa perspectiva, Correio (2014) enumera alguns pontos empregados pelo método genealógico que auxiliam no desvendar dos contextos: desnaturalização de narrativas, foco em relações de poder, contingência histórica e problematização do presente.

Diante disso, a escolha da genealogia foucaultiana como método de estudo mostra-se apropriada, tendo em vista sua capacidade de problematizar as questões de formação de gênero, propiciando a avaliação dos processos históricos importantes à concepção da masculinidade, considerando-se a sujeição deste conceito às constantes transformações.

Dadas as especificidades do método genealógico, o trabalho não buscará o conceito de masculinidade, ao contrário disso, a investigação será enfocada no que a masculinidade se tornou em diferentes conjunturas. Não se busca, nessa perspectiva, os discursos hegemônicos de masculinidade, como se o assunto tivesse se tornado pauta de discussão com o advento do movimento feminista. Procura-se, em realidade, os desvios de como os homens reagiram, em suas masculinidades, diante das mudanças introduzidas no mundo das mulheres.

Ao longo do estudo, também será realizada a revisão bibliográfica. De acordo com Cavalcante e Oliveira (2020), a revisão bibliográfica consiste na utilização e na análise de materiais científicos já produzidos, como livros, dissertações, teses e artigos acadêmicos, sem recorrer diretamente à observação de fatos empíricos. Dessa forma, a pesquisa apoia-se em fontes secundárias, ou seja, em reflexões e contribuições de outros autores sobre as questões de gênero e da masculinidade propriamente dita.

Para falar sobre a evolução dos papéis de gênero ao longo da história, serão adotadas as autoras Silvia Federici e Helelith Saffioti. Embora ambas as autoras não se concentrem especificamente no estudo das masculinidades, suas análises oferecem uma compreensão profunda das estruturas de poder que moldas as relações de gênero.

Dentre as autoras que trabalham designadamente as questões de gênero, salienta-se Judith Butler e Raewyn Connell. A primeira não trata exclusivamente da masculinidade, mas é essencial para entender o gênero como construção normativa, o que influencia diretamente o debate sobre masculinidades. A segunda estuda a masculinidade hegemônica e uma das maiores referências no campo dos estudos de gênero e masculinidades.

Além da pesquisa bibliográfica, serão examinados dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, como o 3º Relatório de Transparência Salarial e Igualdade no Ambiente de Trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025), o Global Gender Gap Report (World Economic Forum, 2024) e levantamentos do IBGE (2023), com o objetivo de refletir sobre a participação dos gêneros em diferentes setores da sociedade, como o mercado de trabalho, a educação e a vida política. Esses indicadores, analisados à luz da genealogia foucaultiana, permitem compreender como as práticas e discursos econômicos contemporâneos continuam a produzir e legitimar desigualdades entre homens e mulheres, influenciando diretamente a forma como a masculinidade é vivenciada e representada.

1. Papéis de gênero na história: da Antiguidade à contemporaneidade

Visando apresentar a evolução do conceito de masculinidade ao longo da história, remonta-se, neste subtítulo, os papéis de gênero na Antiguidade. Na Grécia, e perdurando até o século XVIII, predominava o Modelo de Sexo único (ou “uma só carne”). Neste paradigma, o gênero era primário, e o sexo biológico era visto como um epifenômeno (uma ilustração da hierarquia social). A visão dominante era a de que a mulher era uma versão inferior e menos perfeita do homem. Ou seja, ainda persistia a tese de Galeno, desenvolvida no século II d.C., que articulou o modelo de identidade estrutural. Galeno demonstrava que mulheres eram essencialmente homens invertidos, nos quais uma falta de calor vital — associada à imperfeição — resultaria na retenção interna das estruturas que nos homens são visíveis na parte externa. Os órgãos femininos, como a vagina, eram compreendidos como versões interiores dos masculinos. (Laqueur, 2001).

No final do século XVII e ao longo do século XVIII, a ciência passou a considerar as categorias “masculina e feminina” como sexos biológicos e incomensuráveis. Essa transformação foi possibilitada por correntes intelectuais da Revolução Científica e do Iluminismo, incluindo o mecanicismo cartesiano e a epistemologia empírica, que destruíram a forma galênica de compreender o corpo em relação ao cosmo. (Laqueur, 2001).

Em “A Política”, Aristóteles reforça a hierarquia social da Antiguidade ao afirmar que alguns seres são “por natureza” destinados a comandar, enquanto outros existem para obedecer. Dentro dessa lógica, a masculinidade aparece como o lugar do

comando, associado à razão e à capacidade de governar a si e aos outros, enquanto a mulher é descrita como inferior, carente de plena racionalidade e, portanto, naturalmente subordinada ao homem. Essa concepção sustentava a exclusão feminina da esfera pública (política, filosófica e militar), reservada aos homens (Aristóteles, 2011).

Diferentemente de Aristóteles, Platão (2022, p. 72) apresenta em “A República” (Livro V) a possibilidade de homens e mulheres partilharem funções semelhantes no interior da cidade, desde que submetidos à mesma educação. Ao argumentar que as mulheres possuem a “mesma essência” que os homens, ainda que em menor grau, Platão defende que elas também poderiam aprender música, ginástica e até participar da defesa militar da *polis*. Essa formulação, embora não elimine a ideia de graduação entre os sexos, introduz uma concepção inovadora para o período, ao admitir a participação feminina em atividades tradicionalmente masculinas.

Em Da República, Cícero sustenta que a virtude constitui a verdadeira glória do homem, independentemente de sua origem ou aparência física. Para o autor, um “grande homem pode nascer em um casebre”, pois é a virtude que santifica o corpo e engrandece a alma, tornando-a capaz de superar limitações materiais ou sociais. Nesse sentido, a masculinidade romana era definida menos pela posição de nascimento e mais pela capacidade de demonstrar coragem, disciplina moral e serviço à coletividade — atributos reunidos no conceito de *virtus*. Essa concepção reforçava o ideal do cidadão como figura pública de autoridade e integridade, vinculado ao papel de chefe de família (*pater familias*) e à responsabilidade de manter a ordem social e política (Cícero, 2020).

Durante a Idade Média as mulheres, especialmente nos burgos, podiam participar das atividades econômicas, chegando a administrar negócios herdados ou atuar como sócias dos maridos nas guildas mercantis. Entretanto, tais possibilidades não significavam autonomia plena, pois estavam sempre circunscritas ao casamento e à tutela masculina. Para além das mulheres negociantes, a maioria permanecia dependente do marido, refletindo a estrutura patriarcal que subordinava as mulheres, mesmo quando estas contribuíam de forma essencial para a manutenção da economia familiar e comunitária. Assim, a masculinidade medieval se fortalecia como lugar do mando e da autoridade civil, enquanto a participação feminina era tolerada apenas em papéis secundários ou derivados da figura masculina (Saffioti, 2013).

Conforme analisa Laqueur (2001), o final do século XVII e o início do século XVIII marcaram uma ruptura fundamental na forma de compreender a diferença entre os sexos. O antigo modelo do sexo único, em que a mulher era concebida como uma versão imperfeita do homem, foi substituído por um paradigma de dimorfismo radical. A medicina e a biologia passaram a sustentar que homens e mulheres eram distintos em “todo aspecto concebível do corpo e da alma”, estabelecendo uma anatomia e fisiologia da incomensurabilidade. Essa mudança não apenas redefiniu a feminilidade como alterou também a concepção de masculinidade, que passou a ser pensada em oposição à mulher, afirmado-se pela diferença biológica e moral. Tal transformação reflete o contexto da Revolução Científica e do Iluminismo, no qual a ciência se consolidou como autoridade no campo da verdade, naturalizando papéis sociais que sustentariam novas formas de dominação masculina.

A análise de Federici (2017) complementa a leitura de Laqueur ao demonstrar como a passagem para o capitalismo consolidou uma nova ordem patriarcal. A acumulação primitiva não se sustentou apenas na exploração colonial e no trabalho assalariado, mas também na expropriação do corpo das mulheres, consideradas responsáveis pela reprodução da força de trabalho. A caça às bruxas, a medicalização da sexualidade e a imposição de uma rígida divisão sexual do trabalho foram estratégias que subordinaram as mulheres e legitimaram o poder masculino como base da nova ordem social.

Assim, a masculinidade moderna passou a se afirmar no espaço público e produtivo, enquanto a feminilidade foi reduzida ao espaço doméstico e reprodutivo. Nesse contexto, a concepção do homem como trabalhador assalariado, racional e provedor só pôde emergir pela exclusão sistemática das mulheres do processo produtivo formal, revelando a íntima relação entre patriarcado e capitalismo (Federici, 2017).

Essa lógica de exclusão, apresentada por Federici, foi também problematizada por Beauvoir (1970), que, em *O segundo sexo*, questiona a naturalização das diferenças biológicas como justificativa da dominação masculina. Embora diferenças físicas, hormonais e reprodutivas sejam enfatizadas historicamente para justificar a inferioridade feminina, a autora demonstra que tais elementos não bastam para explicar a condição de subordinação das mulheres. O que a transforma em “Outro” não é a biologia, mas a construção social que se apropria dessas diferenças para legitimar a hierarquia de gênero. Essa crítica introduz uma perspectiva fundamental

para compreender as mudanças na concepção de masculinidade, pois evidencia que os atributos conferidos ao homem (estabilidade, racionalidade, força) também são resultados de uma construção cultural, e não apenas de uma determinação natural.

Ao analisar o percurso histórico dos papéis de gênero desde a Antiguidade até a modernidade, percebe-se que a masculinidade não deve ser entendida como uma essência ou identidade prévia, mas como um produto das relações de poder e saber que atravessam os corpos e os discursos. Foucault (1979) propõe uma genealogia que se afasta da ideia de um sujeito constituinte e busca compreender como o próprio sujeito é formado no interior de uma trama histórica.

Sob essa ótica, a masculinidade é resultado de processos de normalização que instituem modos de ser e de agir, conferindo ao homem o papel de racional, ativo e dominante. A genealogia, enquanto método, não busca uma origem fixa, mas investiga as condições históricas que tornaram possíveis determinadas verdades sobre o masculino. Assim, compreender a masculinidade a partir de Foucault implica deslocar o olhar da essência para a constituição, revelando-a como uma forma histórica de subjetivação que pode — e deve — ser interrogada, criticada e transformada.

2. Movimento feminista e mudanças na concepção do homem

O movimento feminista, ao emergir com maior força no século XIX, não pode ser compreendido de forma isolada da estrutura social em que se insere. Conforme destaca Saffioti (2013), o mérito de sua análise está em relacionar a condição da mulher ao desenvolvimento do capitalismo, mostrando como as ideologias ligadas à divisão sexual do trabalho serviram para manter a dominação masculina. Nessa perspectiva, o feminismo surge como contestação a um sistema que destinava às mulheres papéis sociais rigidamente definidos, vinculados à educação, ao lar e à dependência econômica.

Beauvoir (2009) acrescenta que, com a Revolução Industrial, as reivindicações feministas ganharam novos fundamentos: a inserção das mulheres no trabalho produtor revelou tanto seu potencial de emancipação quanto a resistência masculina, que as via como concorrentes no mercado de trabalho. Assim, a luta feminista passou a desafiar não apenas os discursos religiosos e filosóficos tradicionais, mas também a ciência e a moral burguesa, que insistiam em justificar a inferioridade feminina.

A partir das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, especialmente com o avanço dos movimentos feministas e das lutas por igualdade de gênero, o modelo tradicional de masculinidade passou a ser progressivamente questionado. Conforme argumentam Whitehead e Barrett (2001), a masculinidade deve ser compreendida como uma construção social que envolve comportamentos, práticas e linguagens culturalmente associadas aos homens e, portanto, definidas em oposição ao feminino.

Essa masculinidade ortodoxa, frequentemente identificada como hegemônica, manifesta-se pela dominação dos homens sobre as mulheres e também sobre outros homens considerados menos poderosos (Connell & Messerschmidt, 2013).

A compreensão contemporânea do masculino rompe com a noção de uma masculinidade única e fixa, passando a reconhecer a existência de múltiplas formas de ser homem. Conforme argumenta Kimmel (1998), os significados de masculinidade variam entre culturas, contextos históricos e grupos sociais, modificando-se inclusive ao longo da vida de um mesmo indivíduo. Isso implica compreender a masculinidade não como uma essência estável e universal, mas como um conjunto de práticas, valores e representações em constante transformação.

A partir da perspectiva proposta por Butler (2018), o próprio sujeito só se torna inteligível por meio das normas de gênero que o constituem, sendo o sexo e a masculinidade efeitos performativos de práticas discursivas e sociais. Desse modo, a identidade masculina não é uma essência natural, mas o resultado de repetições reguladas que produzem a aparência de coerência entre corpo, gênero e desejo.

Essa leitura amplia a genealogia de Foucault (1998) ao mostrar que o poder não apenas reprime, mas também produz as categorias pelas quais os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos. As reificações históricas do gênero — que fixam o masculino como racional, ativo e dominante — funcionam como ficções reguladoras que naturalizam regimes de poder heteronormativos. Assim, compreender o gênero como prática performativa permite desestabilizar o ideal de masculinidade hegemônica, abrindo espaço para formas plurais e subversivas de expressão do ser homem, que escapam às fronteiras tradicionais impostas pela cultura patriarcal.

As transformações promovidas pelo feminismo e pelas lutas por igualdade de gênero possibilitaram uma reconfiguração profunda da própria noção de masculinidade. Se, conforme Saffioti (2013), a condição feminina sempre esteve atrelada às estruturas econômicas e políticas de dominação, e se Beauvoir (2009)

denunciou a naturalização dessa subordinação como um mito socialmente construído, os estudos contemporâneos ampliaram essa crítica ao examinar também o lugar do homem nesses processos.

A partir de Connell (1995) e Kimmel (1998), a masculinidade passa a ser compreendida como uma categoria histórica e relacional, sujeita às mesmas forças de poder que moldaram o gênero feminino. Nesse sentido, Foucault (1998) demonstra que as identidades de gênero são efeitos de dispositivos discursivos que produzem sujeitos, enquanto Butler (2018) radicaliza essa análise ao definir o gênero como ato performativo, que se constitui pela repetição e pela possibilidade de subversão. Assim, compreender o homem contemporâneo requer reconhecer que a masculinidade não é uma essência natural, mas uma construção histórica que pode — e deve — ser permanentemente reconfigurada diante das transformações sociais e culturais do nosso tempo.

3. A masculinidade no século XXI: crise, pluralidade e ressignificação do ser homem

A masculinidade, compreendida como uma construção social, tem se transformado em resposta às mudanças culturais e sociais das últimas décadas. O modelo tradicional, marcado pela hegemonia masculina e pela dominação sobre mulheres e outros homens, passa a ser tensionado por novas formas de expressão do ser homem, que desafiam estereótipos de virilidade, força e repressão emocional. Estudos contemporâneos apontam para o surgimento de masculinidades híbridas e inclusivas, que incorporam elementos como empatia, intimidade emocional, resistência à violência e valorização das relações afetivas (Connell & Messerschmidt, 2013).

A masculinidade moderna, simbolizada pela figura do *self-made man* descrita por Kimmel (1998), reflete uma nova forma de sujeição, em que o homem passa a ser avaliado pela capacidade de disciplinar o próprio corpo e regular a própria conduta. Essa masculinidade produtiva e competitiva nasce no contexto do capitalismo industrial, quando o sucesso econômico e o autocontrole tornam-se critérios centrais de virilidade.

Em diálogo com a análise foucaultiana, é possível compreender essa transformação como parte dos dispositivos de poder que, a partir do século XVIII,

passaram a produzir sujeitos dóceis e úteis, moldando corpos e comportamentos conforme as exigências da racionalidade moderna (Foucault, 1987). Assim, o ideal masculino deixa de estar apenas ligado à força física ou à autoridade patriarcal e passa a ser também um efeito de práticas disciplinares e de vigilância interiorizada, que induzem o homem a comprovar constantemente seu valor, produtividade e domínio de si, (Kimmel, 1998).

Com base na teoria de gênero desenvolvida por Connell (1995), pode-se compreender que a masculinidade não constitui uma essência única, mas um conjunto de práticas sociais dinâmicas e hierarquizadas. Dentro dessa perspectiva, a masculinidade hegemônica ocupa uma posição de poder simbólico e material sobre outras masculinidades e sobre as mulheres, funcionando como modelo cultural dominante.

Entretanto, Connell (1995) reconhece a existência de formas plurais e inter-relacionadas de masculinidade — subordinadas, cúmplices e marginais — que coexistem e se transformam historicamente. Essa leitura possibilita entender que o masculino é constantemente negociado e que novas configurações, como as chamadas masculinidades híbridas, representam tentativas de reelaboração parcial desse modelo hegemônico, sem necessariamente romper com os privilégios estruturais do patriarcado.

As novas configurações do masculino — mais híbridas, inclusivas ou afetivas — não podem ser vistas apenas como mudanças culturais espontâneas, mas como efeitos performativos de normas de gênero que se transformam em meio às disputas de poder, especialmente frente às reações conservadoras de movimentos como incels, MGTOW, red pill e grupos “legendários”, cujos discursos procuram reafirmar modelos hegemônicos de masculinidade e resistir a tais reconfigurações. Butler (2018), ao dialogar com a genealogia foucaultiana, argumenta que o sujeito só se torna inteligível por meio das normas que o constituem, sendo o gênero um ato reiterado, sustentado pela repetição de práticas discursivas e corporais. Nesse sentido, as masculinidades contemporâneas revelam tanto a persistência das normas hegemônicas quanto suas fissuras, pois cada repetição carrega a possibilidade de subversão. O masculino, portanto, não é uma identidade estável, mas um campo de performances múltiplas e tensionadas, no qual se produzem e se deslocam os sentidos do ser homem na contemporaneidade.

Dessa forma, observa-se que as masculinidades atuais não podem ser compreendidas como expressões naturais ou fixas da identidade masculina, mas como efeitos históricos de práticas discursivas e de poder que moldam subjetividades. A genealogia, conforme propõe Foucault (1987), permite compreender a constituição do sujeito masculino como resultado de processos históricos e discursivos que produzem determinados modos de ser homem, legitimando uns e excluindo outros.

Nesse sentido, o que Connell (1995) denomina masculinidade hegemonic representa não apenas uma posição social de dominação, mas também um regime de verdade sobre o masculino, continuamente reafirmado e contestado.

À luz da genealogia foucaultiana, compreender o homem contemporâneo implica reconhecer as masculinidades como construções históricas atravessadas por relações de poder, resistências e práticas discursivas que, longe de serem estáveis, encontram-se em permanente processo de transformação (Foucault, 1987).

3.1. Masculinidade, capitalismo e reconfiguração dos papéis de gênero

A masculinidade moderna, especialmente a partir do advento do capitalismo industrial, passou a ser profundamente associada à figura do provedor e à lógica da produtividade. Conforme observa Kimmel (1998), o ideal do *self-made man* expressa um modelo de sujeito disciplinado, competitivo e autossuficiente, cuja identidade masculina se mede pela capacidade de controlar o corpo, o trabalho e as emoções. Essa masculinidade produtiva constitui uma forma de sujeição compatível com as exigências do sistema capitalista, no qual o valor do indivíduo se confunde com sua utilidade econômica e sua capacidade de acumulação material.

De modo convergente, Federici (2017) evidencia que a consolidação do capitalismo implicou não apenas a exploração do trabalho assalariado, mas também a expropriação do corpo das mulheres, destinadas à reprodução da força de trabalho e ao cuidado doméstico. A masculinidade, nesse contexto, emerge como um efeito histórico das divisões de gênero impostas pela acumulação capitalista, legitimando a posição do homem como chefe de família e provedor econômico. Essa estrutura, reforçada por séculos de dominação simbólica e material, consolidou a associação entre virilidade, racionalidade e controle, tanto no espaço público quanto nas relações privadas.

A leitura foucaultiana permite compreender essa relação entre capitalismo e masculinidade como um dispositivo de poder que produz subjetividades e regula comportamentos. Foucault (1987) mostra que os processos de disciplinamento e normalização dos corpos, característicos da modernidade, moldaram sujeitos “úteis e dóceis” às necessidades da produção. Nesse sentido, o homem moderno não apenas domina, mas é também dominado por uma racionalidade econômica que transforma o desempenho, a produtividade e o sucesso em critérios de validação de sua própria masculinidade.

Esses efeitos ainda se manifestam de forma concreta nas dinâmicas sociais contemporâneas. Conforme trecho a seguir, extraído do *Global Gender Gap Report (World Economic Forum, 2024)*, as mulheres representam 42% da força de trabalho global, mas continuam concentradas em posições de menor remuneração e prestígio.

De acordo com o 3º Relatório de Transparência Salarial e Igualdade (2025), produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres recebem, em média, 20,9% a menos que os homens nos 53.014 estabelecimentos com 100 ou mais empregados (as). Apesar dos avanços obtidos com a inserção feminina no mercado de trabalho, sobretudo a partir das guerras mundiais e dos movimentos feministas, a renda e o poder econômico continuam majoritariamente masculinos. Essa permanência reforça o vínculo entre masculinidade e dominação econômica, ao mesmo tempo em que expõe as fissuras de um modelo que já não se sustenta plenamente nas novas configurações sociais e familiares.

Desse modo, observar a masculinidade sob a ótica da genealogia foucaultiana implica reconhecer que ela é também um produto das relações econômicas e discursivas que definem o sujeito moderno. As transformações do capitalismo, ao tensionarem o papel do homem como provedor exclusivo, abriram espaço para novas formas de subjetivação masculina — mais fluidas, afetivas e compartilhadas —, sem, contudo, eliminar as hierarquias de gênero que estruturam as práticas sociais e simbólicas.

Considerações Finais

A partir do percurso genealógico proposto por Foucault (1987), esta pesquisa buscou compreender como a masculinidade se constitui historicamente como um efeito das relações de poder e saber. Desde a Antiguidade, o masculino foi associado à razão, à força e à autoridade, em contraste com o feminino, identificado com a passividade e a emoção. Esses discursos, naturalizados ao longo dos séculos, estruturaram hierarquias sociais e produziram regimes de verdade que legitimaram a dominação masculina como expressão da ordem natural.

Com o advento da modernidade e do capitalismo industrial, o ideal masculino foi ressignificado: o homem passou a ser definido pela produtividade, pelo autocontrole e pela racionalidade. Como demonstram Kimmel (1998) e Foucault (1987), essa nova forma de masculinidade se inscreve nos dispositivos disciplinares e econômicos que moldaram o sujeito moderno, tornando-o ao mesmo tempo autônomo e controlado. O *self-made man* representa, assim, um modelo de virilidade que submete o homem à necessidade constante de provar seu valor e dominar a si mesmo.

A genealogia foucaultiana permite compreender que tais formas de subjetivação não são naturais, mas produtos históricos de práticas discursivas e institucionais. Nesse sentido, as análises de Beauvoir (1970) e Saffioti (2013) mostram que o patriarcado e o capitalismo foram pilares complementares na amolidação e manutenção da supremacia masculina, sustentando um sistema simbólico e material de desigualdade de gênero. Já no século XX, os movimentos feministas e as transformações culturais expuseram as fissuras desse modelo, permitindo o surgimento de novas representações do masculino.

Connell (1995) e Kimmel (1998) evidenciam que as masculinidades são múltiplas, dinâmicas e hierarquizadas, coexistindo em relações de poder que tanto reproduzem quanto desafiam a hegemonia. Butler (2018), ao retomar Foucault, amplia essa compreensão ao demonstrar que o gênero é um ato performativo, reiterado nas práticas cotidianas, e que justamente nessa repetição reside a possibilidade de subversão. Assim, o masculino contemporâneo não é uma identidade estável, mas um campo de disputas e reconfigurações, no qual as normas são constantemente tensionadas por novas formas de viver e representar o ser homem.

A análise da relação entre masculinidade e capitalismo permite compreender que o sistema econômico não apenas estruturou o papel do homem como provedor e chefe de família, mas também o tornou prisioneiro de um modelo de virilidade atrelado

à produtividade e ao consumo. A partir das contribuições de Federici (2017) e Saffioti (2013), percebe-se que a masculinidade moderna consolidou-se como um instrumento de manutenção das hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que a inserção feminina no mercado de trabalho passou a desestabilizar as bases simbólicas dessa dominação. No contexto contemporâneo, a reconfiguração dos papéis de gênero evidencia um processo de tensão entre as exigências do capitalismo e as novas demandas éticas por igualdade, afetividade e corresponsabilidade entre os gêneros.

Desse modo, compreender a masculinidade a partir de uma genealogia significa deslocar o olhar essencialista e investigar como os discursos, as instituições e os saberes produziram, e continuam a produzir, as identidades de gênero. Mais do que uma essência, o masculino é uma construção política e histórica, atravessada por práticas de poder, resistências e reinterpretações. As masculinidades híbridas, inclusivas e afetivas, que emergem no século XXI, apontam para a possibilidade de novas éticas do cuidado e da convivência, ainda que sob as sombras persistentes do patriarcado.

Conclui-se, portanto, que a masculinidade não é um dado imutável da natureza, mas um efeito de relações históricas e discursivas que podem, e devem, ser transformadas. A genealogia, nesse contexto, oferece não apenas um método de análise, mas também uma ferramenta crítica para pensar o futuro das relações de gênero, permitindo reconhecer as múltiplas formas de ser homem como produções sociais em constante disputa e reinvenção.

Referências

- Aristóteles. (2011). “A Política”. Ed. Especial – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. de. (s.d.). (1970). O segundo sexo: Fatos e mitos (4.^a ed.; S. Milliet, Trad.). Difusão Européia do Livro.
- Butler, J. (2018). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, F. A. Amorim, M. A., & Sulz, J. A. (2023). "Crise da masculinidade": Retóricas da ofensiva antigênero e o antifeminismo de Estado. Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, 32(72), 97-115.

- [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/79504/2/Crise%20da%20masculinidade%20ret%C3%B3ricas%20da%20ofensiva%20antig%C3%A1nero%20e%20o%20antifeminismo%20de%20Estado.pdf.](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/79504/2/Crise%20da%20masculinidade%20ret%C3%B3ricas%20da%20ofensiva%20antig%C3%A1nero%20e%20o%20antifeminismo%20de%20Estado.pdf)
- Cavalcante, L. T. C., & Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos [Methods of bibliographic review in scientific studies; Métodos de revisión bibliográfica en los estudios científicos]. Psicologia em Revista, vol.26 no.1 Belo Horizonte jan./abr. 2020.
<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.
- Cazés, D. (1998). Metodologia de gênero nos estudos sobre homem. La Ventana.
- Cícero (2020). Da República. Montecristo editor. Tradução Portal Domínio Público: 2020.
- Correio, C. F. R. G. V. (2014). Michel Foucault: a genealogia, a história, a problematização. PROMETEUS – Mestrado em Filosofia, UFS – Cátedra UNESCO Archai, 7(15), 107-122.
- Connell, R. W & Messerschmidt J. W. (2013) Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.
- Connell, R. W. (1995). Masculinidades: Conhecimento, poder e mudança social. University of California Press.
- Dussel, I. (2004). Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. Revista Brasileira de História da Educação, 29(1), 45-68. Foucault e a Escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia | Educação & Realidade.
- Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva (Coletivo Sycorax, Trad.). São Paulo: Elefante.
- Figueiredo, R. O. (2022). A construção da genealogia de Foucault a partir de Nietzsche. Filosofia e Educação, 14(2), 257-274.
- Foucault. M. (1998). História da Sexualidade: O uso dos prazeres. 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault. M. (1979). Microfísica do poder. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). Vigiar e punir: Nascimento da prisão (R. Ramalhete, Trad.). Vozes.
- Kimmel, M. S. (Org.). (1991). Changing men: New directions in research on men and masculinity. Sage Publications.

- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-107, out. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Laqueur, T. W. (2001). Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. V. Whately, Trad. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará.
- Lemos, F. C. S., Santos, I. do C., Lopes, C. C. da S., & Miranda, S. R. M. de. (2023). Genealogia, história e psicologia: Michel Foucault e o trabalho com arquivos. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 16(4), 1–15. <https://periodicos.unifap.br/pracs>.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2025). 3º Relatório de transparência salarial e igualdade no ambiente de trabalho. Governo Federal do Brasil. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNTFhZWI0MzUtZjZkOC00Y2EwLTg5MTMtYjkODYyOGEwNTIwlwidCl6ljNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>
- Platão (2021). *A República*. Traduzido por Fábio Meneses Santos. Jandira, São Paulo: Principis.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes* (3ª ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Silva, B. C. S. L. (2023). *Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil*. Belo Horizonte.
- Whitehead, S. M., & Barrett, F. J. (2001). The sociology of masculinity. In S. M. Whitehead, & F. J. Barrett (Eds.), *The masculinities reader* (pp. 1–26). Polity Press.
- World Economic Forum. (2024). *Global Gender Gap Report 2024*. <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2024/>